



Município de Espírito Santo do Pinhal

Instituto Bezerra de Menezes - Hospital Psiquiátrico

Balanco Patrimonial



ASSOCIAÇÃO ESPIRITA VICENTE DE PAULO
CNPJ-54.228.366.0001-41
RUA PINHEIRO MACHADO Nº 55
MANTENEDORA DO INSTITUTO BEZERRA DE MENEZES
DA UNIDADE II OTORINO HONORATO

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais).

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	303.793	1.201.426
Contas a receber	(5)	1.375.436	843.965
Outros créditos		89.281	92.012
Estoques	(6)	622.207	492.052
Despesas antecipadas		2.140	1.424
Não circulante			
Propriedade para investimento	(7)	1.883.579	1.883.579
Outros investimentos		-	4.229
Imobilizado	(8)	6.455.852	6.175.307
		<u>8.339.431</u>	<u>8.063.115</u>
Total do ativo		<u>10.732.288</u>	<u>10.693.994</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		536.127	212.385
Obrigações trabalhistas	(9)	1.444.185	1.625.214
Impostos e contribuições	(10)	1.646.716	853.756
Financiamentos	(11)	175.000	-
Provisão para contingências	(12)	300.000	181.039
Outras contas		463.318	206.107
Não circulante			
Financiamentos	(11)	2.225.000	3.629.351
Provisão para contingência	(12)	1.444.278	1.412.737
Impostos e contribuições	(10)	2.131.058	883.318
		<u>5.800.336</u>	<u>5.925.406</u>
Total do passivo		<u>10.365.682</u>	<u>9.003.907</u>
Patrimônio líquido			
Patrimonial social		(1.839.042)	(330.539)
Reserva de reavaliação		3.472.261	3.529.129
(Déficit) superávit do exercício		(1.266.613)	(1.508.503)
	(13)	<u>366.606</u>	<u>1.690.087</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>10.732.288</u>	<u>10.693.994</u>



Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

		2023	2022
Receitas operacionais			
Receitas de convênios	(15)	17.009.880	11.475.152
Doações e contribuições recebidas	(16)	871.588	1.341.715
Outras receitas da atividade	(17)	1.712.719	548.844
<i>Subtotal</i>		<u>19.594.187</u>	<u>13.365.711</u>
Benefícios obtidos de renúncia fiscal	(18)	3.926.060	2.855.522
<i>Total das receitas</i>		<u>23.520.247</u>	<u>16.221.233</u>
Despesas operacionais			
Salário e encargos		(14.746.704)	(10.608.038)
Administrativas gerais	(19)	(5.597.185)	(3.416.066)
Despesas financeiras líquidas	(20)	(573.779)	(906.978)
<i>Subtotal</i>		<u>(20.917.668)</u>	<u>(14.931.082)</u>
Isenções de contribuições como se devido fosse	(18)	(3.926.060)	(2.855.522)
<i>Total das despesas</i>		<u>(24.843.728)</u>	<u>(17.786.604)</u>
Déficit do exercício		(1.323.481)	(1.565.371)



Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Déficit) do exercício	<u>(1.323.481)</u>	<u>(1.565.371)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.323.481)</u>	<u>(1.565.371)</u>



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>(Déficit) acumulado</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.443.995	3.585.997	(1.774.534)	3.255.458
Incorporação do déficit anterior	(1.774.534)		1.774.534	-
Realização da reserva de reavaliação		(56.868)	56.868	-
Déficit do exercício	-		(1.565.371)	(1.565.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(330.539)	3.529.129	(1.508.503)	1.690.087
Incorporação do déficit anterior	(1.508.503)		1.508.503	-
Realização da reserva de reavaliação		(56.868)	56.868	-
Déficit do exercício	-		(1.323.481)	(1.323.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.839.042)	3.472.261	(1.266.613)	366.606



Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Das atividades operacionais		
Ajuste na reconciliação do déficit do exercício ao caixa líquido:		
Déficit do exercício	(1.323.481)	(1.565.371)
Variação da provisão para contingência	150.502	(430.300)
Depreciação e amortização	178.985	164.340
Juros apropriados sobre financiamentos	(1.229.351)	657.640
	<u>(2.223.345)</u>	<u>(1.173.691)</u>
(Acréscimo) decréscimo de ativos operacionais:		
Contas a receber e outros créditos	(528.740)	(78.779)
Estoques e despesas do exercício seguinte	(130.871)	30.403
	<u>(659.611)</u>	<u>(48.376)</u>
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	323.742	40.403
Obrigações trabalhistas	(181.030)	312.328
Impostos e contribuições	2.040.700	1.321.439
Demais contas do passivo operacional	257.212	87.825
	<u>2.440.624</u>	<u>1.761.995</u>
Caixa gerado/(consumido) na atividade operacional	<u>(442.332)</u>	<u>539.928</u>
Das atividades investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(459.530)	(177.252)
Aquisição de outros investimentos	4.229	(618)
Caixa consumido na atividade de investimentos	<u>(455.301)</u>	<u>(177.870)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(897.633)</u>	<u>362.057</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.201.426	839.369
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>303.793</u>	<u>1.201.426</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(897.633)</u>	<u>362.057</u>



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Associação Espírita Vicente de Paulo é uma entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos, fundada em 02 de novembro de 1927 e tem como finalidade o estudo teórico e prático do Espiritismo, bem como a prática da caridade material, moral e espiritual.

A Associação Espírita Vicente de Paulo é mantenedora do “Instituto Bezerra de Menezes”. O Instituto Bezerra de Menezes foi fundado em 1955 e atua na área de saúde, compreendido por um hospital psiquiátrico destinado ao tratamento de portadores de distúrbios mentais, nervosos e dependentes químicos, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Utilidade pública federal, estadual e municipal.

A Entidade possui os seguintes títulos de “utilidade pública”: Federal (Decreto nº. 70.881 de 27 de julho de 1972). Estadual (Lei: nº. 7.217 de 24 de outubro de 1962) e Municipal (Lei nº. 2.593, de 30 de janeiro de 2001).

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão apresentadas, comparativamente, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, que levam em consideração as interpretações dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial a ITG 2002 (Resolução do CFC nº 1.409/2012).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, com a eliminação de centavos.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os principais itens sujeitos a estimativas e premissas são as provisões para ajustes de ativos ao valor provável de realização, provisões de contingências e de depreciações de bens do ativo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de forma consistente pela Entidade:



a) Apuração do resultado

Receitas e despesas

Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. As contas de patrimônio, receitas e despesas, inclusive a apuração final do resultado (superávit ou déficit), estão segregadas, identificáveis por tipo de atividade: de saúde, de assistência social, em que a Entidade atua. Quando recebe doações e subvenções, sejam para custeio ou para investimentos, se realizadas são reconhecidas no resultado, ou no passivo enquanto não realizada, se houver restrição, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Renúncia Fiscal

A Entidade considera como renúncia fiscal as contribuições não pagas, da quota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e PIS/Pasep sobre os valores da folha de pagamento e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas. Os valores são calculados e contabilizados, como se devido fossem, e apresentados como receitas e despesas, na demonstração do resultado do exercício.

Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário, quando houver, será quantificado com base na atividade exercida e registrado em contas de resultado. A Administração da Entidade não considera os serviços sem remuneração prestados pela diretoria e conselheiros fiscais, bem como o de cunho religioso no conceito de trabalho voluntário previsto na legislação.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis, inicialmente nas datas de origem. Os ativos financeiros estão registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo, reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. A Entidade não transaciona com derivativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Passivos financeiros não derivativos

Um passivo é reconhecido quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

A Entidade reconhece os passivos financeiros, inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através do cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores, obrigações trabalhistas, financiamentos e impostos e contribuições a recolher.



Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento ou em recomposição em renegociação dívidas.

Caixa e equivalentes de caixa.

Representam dinheiro em caixa ou equivalentes em bancos, sem restrição para movimentação, as aplicações financeiras efetuadas em instituições financeiras de primeira linha, possuem elevado nível de liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Contas a receber

Representam direitos a receber, ajustados aos valores de realização.

c) Medicamentos, alimentos e materiais de consumo estocados

Estão representados pelo custo de médio de aquisições, que não supera o valor de mercado.

d) Propriedade para investimentos

Corresponde a bem imóvel não de uso da Entidade, destinado a obtenção de renda da entidade.

e) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, de construção e de reavaliação espontânea de imóveis efetuadas até o ano de 2007, deduzido de depreciação acumulada e de perda de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trarão benefícios econômicos para a Entidade, aferidos de maneira confiável. Os gastos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, efetuada com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, cujas taxas anuais são as seguintes:

Imóveis, construção	2%
Veículos e equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, com base no risco envolvido, quando provável


8



que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, de acordo com as estimativas e premissas julgadas pela administração.

g) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes

Passivos contingentes são provisionados quando os riscos de perdas forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem definidos com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

h) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativos a benefícios de curto prazo são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Dentre os benefícios oferecidos pela Entidade, não há qualquer benefício pós emprego a colaboradores, que possa gerar uma obrigação futura.

i) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática, a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima na data das demonstrações contábeis foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	303.793	1.201.426
Contas a receber	1.375.436	843.965
Outros créditos	89.281	92.012
	<u>1.768.510</u>	<u>2.137.403</u>



Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Entidade apresenta um ativo circulante de R\$ 2.392.857 (R\$ 2.630.879 em 2022), para um passivo circulante de R\$ 4.565.346 (R\$ 3.078.501 em 2022), o que significa uma liquidez corrente negativa de R\$ 2.172.489 (R\$ 447.622 negativa em 2022).

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como, recebíveis e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras. O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	4.416	39.536
Contas correntes bancárias	237.261	156.845
Aplicações financeiras	<u>62.116</u>	<u>1.005.045</u>
	303.793	1.201.426

5. Contas a receber

Sistêmica Único de Saúde (SUS)	499.542	375.404
Cratod/Convenio Estadual a receber (a)	810.638	433.033
Outros valores a receber	<u>65.256</u>	<u>35.528</u>
(b)	1.375.436	843.965

(a) Catrod - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.

(b) Valores previstos para recebimento em 2023.

6. Estoques

Drogas e medicamentos	156.244	79.529
Rouparia	119.107	87.684
Materiais de consumo	206.980	210.533
Lavanderia e materiais de limpeza	29.177	49.764
Gêneros alimentícios	<u>110.699</u>	<u>64.542</u>
	622.207	492.052

7. Propriedade para investimento

Representa aquisições de terreno e construção de uma pousada nos anos de 2014 a 2016, avaliados pelo custo de aquisição e de construção no valor de R\$ 1.883.579, que não supera o valor de realização. A administração estima-se que a referida propriedade vale em torno de R\$ 5 milhões. ✓

 10



8. Imobilizado

	Instituto	Associação	2023	2022
Custo de aquisição				
Bens imóveis - terrenos	4.263.147	240.072	4.503.219	4.503.219
Bens imóveis - construções	972.000	181.925	1.153.925	1.153.925
Veículos	84.182	-	84.182	84.182
Computadores e periféricos	158.621	-	158.621	151.824
Móveis e utensílios	1.685.251	487	1.685.738	1.574.531
Instalações	341.527	-	341.527	-
	<u>7.504.728</u>	<u>422.484</u>	<u>7.927.212</u>	<u>7.467.681</u>
Depreciação acumulada	<u>(1.461.757)</u>	<u>(9.603)</u>	<u>(1.471.360)</u>	<u>(1.292.374)</u>
Valor líquido	6.042.971	412.881	6.455.852	6.175.307
Movimentação:				
	Saldo em 01.01.23	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.23
Custo de aquisição				
Imóveis - terrenos	3.417.019	-	-	4.503.219
Imóveis - construções	2.240.125	-	-	1.153.925
Veículos	84.182	-	-	84.182
Equipamentos de informática	151.824	6.797	-	158.621
Móveis e utensílios	1.574.531	111.206	-	1.685.737
Instalações	-	341.527	-	341.527
	<u>7.467.681</u>	<u>459.530</u>	<u>-</u>	<u>7.927.211</u>
Depreciação acumulada				
Imóveis - construções	72.127	72.127	-	144.254
Veículos	84.182	-	-	84.182
Equipamentos de informática	97.241	18.078	-	115.319
Móveis e utensílios	1.038.824	88.781	-	1.127.605
	<u>1.292.374</u>	<u>178.986</u>	<u>-</u>	<u>1.471.360</u>
	6.175.307	280.544	-	6.455.851

9. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Salários	-	509.206
Férias e encargos	<u>1.444.185</u>	<u>1.116.008</u>
	1.444.185	1.625.214

10. Impostos e contribuições

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	333.045	-	333.045	244.595	-	244.595
FGTS	391.580	-	391.580	90.638	-	90.638
IRRF	243.643	-	243.643	263.107	-	263.107
Outros	<u>10.183</u>	<u>-</u>	<u>10.183</u>	<u>3.379</u>	<u>-</u>	<u>3.379</u>
	978.451	-	978.451	601.719	-	601.719



Parcelamentos:

FGTS	-	-	-	1.904	-	1.904
INSS/IRRF	668.265	2.131.058	2.799.323	250.133	883.318	1.133.451
	<u>668.265</u>	<u>2.131.058</u>	<u>2.799.323</u>	<u>252.037</u>	<u>883.318</u>	<u>1.133.355</u>
	1.646.716	2.131.058	3.777.774	853.756	883.318	1.737.074

11. Financiamentos

O valor de R\$ 2.400.000 (R\$ R\$ 3.629.351 em 2022) representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 496.801.355, emitida em 12 de julho de 2017 vencida em 12 de junho de 2019, com incidência de juros mensais de 1,68%, executado pelo Banco do Brasil, com fundamento no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) através dos Autos de Execução título extrajudicial - processo 10021761620198260180, teve o seu desfecho em dezembro de 2023, firmando acordo com abatimento negocial trazendo a R\$ 2.400.000, cadastrando a renegociação sob o número 393.202.625 no sistema de informações do Banco do Brasil. A nova dívida, renegociada será paga em 96 prestações mensais e sucessivas no valor unitário de R\$ 35.589,91, com inclusão dos encargos deste período futuro, com base no sistema "price", sendo a primeira parcela a ser paga em 20 de maio de 2024, e as demais no mesmo dia dos meses subsequente, sendo a última 20 de abril de 2032, assim classificado no Passivo:

Passivo	Circulante	Não circulante	Total
Número de parcelas	7	89	96
Principal	249.129	3.167.502	3.416.631
Juros a apropriar	<u>(74.129)</u>	<u>(942.502)</u>	<u>(1.016.631)</u>
	175.000	2.225.000	2.400.000

12. Provisões para contingências

A Entidade é parte em processos judiciais de natureza trabalhista. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos nas análises das demandas judiciais, a Administração reconhece uma provisão para contingência, com riscos prováveis, no Instituto, assim classificada:

	2023	2022
Passivo circulante	300.000	181.039
Passivo não circulante	<u>1.444.278</u>	<u>1.412.737</u>
	1.744.278	1.593.776

13. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido compreende o patrimônio social inicial integralizado pelos seus instituidores, acrescido dos superávits e diminuído dos déficits anualmente apurados.



14. Balanço patrimonial – Resumo por área de atuação

Resumo das contas patrimoniais, por área de atuação: saúde e assistencial:

Área: Estabelecimento:	Saúde	Assistencial	Total	
	Instituto	Associação	2023	2022
Ativo				
Circulante	2.389.307	3.550	2.392.857	2.630.879
Não circulante	7.926.550	412.881	8.339.431	8.063.115
	<u>10.315.857</u>	<u>416.431</u>	<u>10.732.288</u>	<u>10.693.994</u>
Passivo				
Circulante	4.565.109	237	4.565.346	3.078.501
Não circulante	5.800.336	-	5.800.336	5.925.406
	<u>10.365.445</u>	<u>237</u>	<u>10.365.682</u>	<u>9.003.907</u>
Patrimônio Líquido			366.606	1.690.087

15. Receitas de Convênios

Detalhes:	Saúde	Assistencial	Totais – R\$	
	Instituto	Associação	2023	2022
Sistema Único de Saúde (SUS) (a)	5.941.926	-	5.941.926	4.525.964
Centro de Referência Cratod (Estadual) (b)	7.795.402	-	7.795.402	5.071.682
Outros convênios (c)	3.444.147	-	3.444.147	1.907.351
	<u>17.181.475</u>	<u>-</u>	<u>17.181.475</u>	<u>11.504.997</u>
Devolução de convênio Cratod (Estadual)	(171.595)	-	(171.595)	(29.845)
	<u>17.009.880</u>	<u>-</u>	<u>17.009.880</u>	<u>11.475.152</u>

Detalhamento das receitas de Convênios e termos de colaboração

Receitas registradas com base em convênio, termos de colaboração e de adesão, para custeio, sem restrição para aplicação nas atividades da Entidade, reconhecidas no resultado (nota 3.a).

(a) Sistema Único de Saúde (SUS), R\$ 5.941.925,72.

(b) Convênios 0760/2020 da Secretaria de Estado de São Paulo, de R\$ 5.574.000,78, e Termo Aditivo ao referido Convênio no valor de R\$ 2.221.401,00 totalizando R\$ 7.795.401,78.

(c) Outros convênios, R\$ 3.444.147,27, abaixo discriminado:

(i) Termo de colaboração nº 12/2023 com a Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, Processo nº 5097 de 09/03/2023, no total de R\$ 1.436.375,00 sendo: R\$ 1.125.000,00 de recurso municipal e R\$ 311.375,00 de Emenda Parlamentar.



(ii) Termo de colaboração 27/2023 da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, Processo Administrativo nº 5.215, de 22/12/2023, de R\$ 300.000,00.

(iii) Convenio Federal de Emenda Parlamentar Maria Rosas, de R\$ 200.000,00.

(iv) Emendas Parlamentares de R\$ 300.000,00, sendo Mara Gabrili (Convênio nº 693/2023 de R\$ 200.000,00); e Rafa Zimbaldi (Convenio 327/2023, de R\$ 100.000,00).

(v) Verbas da Secretaria Estadual de Saúde:

- Convenio Estadual (Mais Santas Casas) nº 527/2022, de R\$ 378.300,00.

- Diferença teto da Enfermagem, R\$ 175.789,73.

- Verba Covid 19, de R\$ 453.682,54

- Emenda Parlamentar Barros Munhóz (Convênio 693/2023), de R\$ 200.000,00.

16. Doações e contribuições recebidas

Doações em espécie de pessoas físicas	189.668	-	189.668	1.019.036
Doações em espécie de Pessoas Jurídicas	19.200	-	19.200	4.084
Doações em bens e serviços	662.720	-	662.720	318.595
	<u>871.588</u>	-	<u>871.588</u>	<u>1.341.715</u>

17. Outras receitas operacionais

Mensalidades de sócios	-	1.545	1.545	1.625
Rendas próprias	72.800	-	72.800	146.704
Despesas recuperadas	150.156	835	150.991	13.323
Reversão de provisões	1.229.351	-	1.229.351	285.250
Alugueis	96.750	14.400	111.150	18.000
Receitas diversas	146.882	-	146.882	83.942
	<u>1.695.939</u>	<u>16.780</u>	<u>1.712.719</u>	<u>548.844</u>

18. Benefícios obtidos de renúncia fiscal

Contribuições Previdenciárias	3.259.944	-	3.259.944	395.029
COFINS	548.349	503	548.852	2.460.493
Pis sobre folha de pagamento	117.264	-	117.264	-
	<u>3.925.557</u>	<u>503</u>	<u>3.926.060</u>	<u>2.855.522</u>

Renúncias fiscais de impostos e contribuições, apurados como se devido fosse, e reconhecidos no resultado, em receita de benefícios obtidos, em contrapartida de despesa de tributo isento usufruído.



19. Despesas administrativas gerais

	Saúde Instituto	Assistencial Associação	Total	
			2023	2022
Consumo de materiais	3.598.218	55	3.598.273	2.364.650
Despesas gerais	1.121.573	37.903	1.159.476	674.546
Conservação e manutenção	659.186	-	659.186	205.459
Despesas tributárias	1.265	-	1.265	7.071
Depreciação e amortização	174.184	4.801	178.985	164.340
	<u>5.554.426</u>	<u>42.759</u>	<u>5.597.185</u>	<u>3.416.066</u>

20. Despesas financeiras líquidas

Áreas: Estabelecimento:	Saúde Instituto	Assistencial Associação	Total	
			2023	2022
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento	-	-	-	657.640
Juros e multas de outros passivos	641.065	-	641.065	311.357
Despesas bancárias	13.113	-	13.113	9.247
	<u>654.178</u>		<u>654.178</u>	<u>978.244</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de apl. financeira	53.373	-	53.373	45.605
Descontos obtidos	27.026	-	27.026	25.661
	<u>80.399</u>		<u>80.399</u>	<u>71.266</u>
	573.779		573.779	906.978

21. Resultado - Resumo por área de atuação

Receitas, despesas, e resultado líquido, por área de atenção: saúde e assistencial.

	Saúde Instituto	Assistencial Associação	Total	
			2023	2022
Receitas operacionais				
Receita de convênios	17.009.880	-	17.009.880	11.475.152
Doações e contribuições recebidas	871.588	-	871.588	1.341.715
Outras receitas operacionais	1.695.939	16.780	1.712.719	548.844
Subtotal	19.577.407	16.780	19.594.187	13.365.711
Benefícios obtidos de renúncia fiscal	3.925.557	503	3.926.060	2.855.522
Total de receitas	23.502.964	17.283	23.520.247	16.221.233
Despesas operacionais				
Despesas de salários e encargos	14.746.704	-	14.746.704	10.608.038
Administrativas gerais	5.554.426	42.759	5.597.185	3.416.066
Despesas financeiras líquidas	573.779	-	573.779	906.978
Subtotal	20.874.909	42.759	20.917.668	14.931.082
Despesas de tributos como se devido fosse	3.925.557	503	3.926.060	2.855.522
Total de despesas	24.800.466	43.262	24.843.728	17.786.604
(Déficit) superávit do exercício	(1.297.502)	(25.979)	(1.323.481)	(1.565.371)



23. Atividades exercidas

a) Atividade principal

A Entidade atua na promoção, prevenção e atenção à saúde através do Instituto Bezerra de Menezes, filial, mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e comprova o cumprimento do percentual mínimo de 60% através dos registros da totalidade das internações efetuadas no Sistema de Comunicação de Internação Hospitalar. O Instituto possui capacidade instalada para atendimento de 241 para pacientes do SUS (No ano anterior era de 248).

Resumo dos atendimentos realizados:

	2023		2022	
	Nº de Internações	%	Nº de Internações	%
Número de pacientes no início do exercício	243		184	
Internações	1201		1.100	
Baixas por altas				
Melhorada	728	59,48%	710	68,20%
Abandono de tratamento	391	31,94%	264	25,36%
Transferência para outras entidades	23	1,88%	19	1,83%
Óbitos	7	0,57%	3	0,29%
Alta administrativa	34	2,78%	12	1,15%
Evasão	18	1,47%	27	2,59%
Outros motivos	23	1,88%	6	0,58%
	1.224	100,0%	1.041	100,0%
Número de pacientes no final do exercício	220		243	
Internação/dia no exercício.	81.242		81.558	

Outros indicadores de internações:

- Taxa de ocupação	91%	89%
- Média de permanência/dia	55	63
- Número de Reinternações	105	121

b) Outras atividades

Atividades de assistência social desenvolvidas através da Associação Espírita "Vicente de Paulo", compreendida, conforme sua essência, pelos estudos espirituais, reuniões mediúnicas e evangelizações realizadas gratuitamente ao público em geral. Os serviços de evangelização foram estendidos a pacientes do Instituto Bezerra de Menezes, estimulando atividades básicas e psicologia de vida diária, como higiene corporal, alimentação e vestuário, interação social.



24. Cobertura de seguros

A Entidade não possui seguro para cobrir sinistros de qualquer natureza.

CÉLIA LUZIA HONORATO CAVALHERI
PRESIDENTE

MAURO ANGELINI
TC-CRC-1 SP 224-977-0-0



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da
ASSOCIAÇÃO ESPIRITA VICENTE DE PAULO
Espírito Santo do Pinhal - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da “Associação Espírita Vicente de Paulo” (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Continuidade das atividades

Nos últimos três exercícios a Entidade apresentou déficits em suas operações. A Administração negociou o contrato de financiamento com o Banco do Brasil, gerando uma reversão de encargos financeiros na ordem de R\$ 1.229.351, trazendo o valor presente de dívida para R\$ 2.400.000, que com o cômputo de juros futuros totaliza R\$ 3.416.631,36 para pagamento em 96 parcelas de R\$ 35.589,91 a partir de 20 de maio de 2024, conforme Nota 11.

Para continuidade operacional, a Entidade deve administrar os seus gastos em função das receitas auferidas, sem que tenha captar recursos de instituições financeiras, ainda que possui ativos, Propriedade para investimento (nota 7), que pode ser considerada como garantia.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2024.



CRC. 2SP024410/O-5


Manoel Messias de Oliveira Bastos
CRC. 1SP123.790/O-3



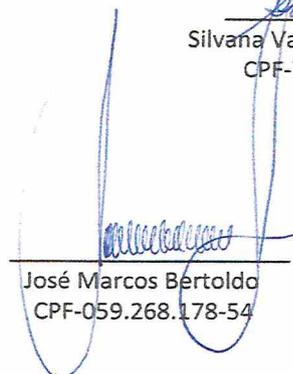
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados em cumprimento às disposições estatutárias Procederam os exames do Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 2023, bem como a comprovação de seu conteúdo, tendo aprovado o mesmo.

Espírito Santo do Pinhal, 20 de Março de 2024


José Roberto Pasoti
CPF-040.333.358-03


Silvana Valentina Putini Damas
CPF-718.557.428-53


José Marcos Bertoldo
CPF-059.268.178-54